

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores representantes do Acionista, A DME Energética S.A. - DMEE (“Companhia” ou “DMEE”) submete, à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1 Comercialização de Energia

Em 2023, a DMEE forneceu 445.137,71 MWh, sendo 175.200,00 MWh negociados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), 229.256,27 no Ambiente de Contratação Livre (ACL), e 40.681,44 MWh entregues no regime de cotas, disciplinado pela Lei nº 12.783/2013. No ano de 2023, a DMEE continuou prestando serviços de representação de clientes livres perante à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, compreendendo, desde o assessoramento no processo de migração do cliente e contratação de energia, até a realização das atividades periódicas, bem como serviço de intermediação para aquisição de energia por estes clientes, sendo remunerada pela energia negociada.

2 Empreendimentos

Em 2023, a DMEE deu continuidade aos estudos e ações, tais como:

- Estudos e ações (aquisição fundiária, licenciamento ambiental, etc.) para implantação de novas centrais hidrelétricas (PCH's/CGH's), nos Rios Pardo, Verde e Capivari, conforme estudo de inventário aprovado pela ANEEL;
- Processo licitatório para construção de Planta Solar 5MW;
- Fabricação de Hidrogerador para a CGH Cipó;
- Projeto básico e executivo da CGH Cipó;
- Prospecção de novos negócios nos segmentos de geração e transmissão, visando o crescimento dos ativos da DMEE;
- Protocolização de pedido de Licença Prévia (LP) da CGH Fervedor;
- Obtenção de Licença Prévia (LP) da PCH Marambaia;
- Obtenção da Licença de Instalação e de Operação da CGH Cipó;
- Construção de Micro Geração Solar na área da PCH Padre Carlos (Rolador);
- Contratação de empresa para a elaboração de projeto executivo da Planta Solar de 5MW, a ser construída na zona sul de Poços de Caldas;
- Contratação de empresa para revisão do projeto básico da PCH Boa Vista;
- Obtenção/ renovação de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB) de ativos de geração;
- Prestação de Serviços para a Prefeitura de Poços de Caldas referentes a modernização do sistema de iluminação pública do Município de Poços de Caldas com instalação de luminárias em LED, e;
- Prestação de serviços para a Prefeitura de Poços de Caldas referentes a Operação e Manutenção do Sistema de Iluminação Pública do município.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Receita Operacional Bruta encerrou 2023 com R\$ 113,37 milhões, uma diminuição de 22,12% ante o mesmo período de 2022, em decorrência da redução da atividade de compra e venda de energia para terceiros, com a consequente redução do montante negociado, em razão do valor de venda de energia em reais por megawatt hora (R\$/MWh). O Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), teve como valor médio em 2023 R\$ 72,17, ante R\$ 58,98 em 2022. As Deduções finalizaram-se em R\$ 12,93 milhões, decréscimo de 18,44% com relação ao Exercício anterior, encerrando assim a Receita Operacional Líquida em R\$ 100,43 milhões, 22,57% menor com relação ao Exercício de 2022. As despesas e os gastos operacionais totalizaram, em 2023, R\$ 33,81 milhões, 45,49% inferior em relação à 2022, decorrente principalmente pela oscilação apresentada na compra de energia, com menor aquisição de energia de terceiros para cobertura das exposições ao mercado de curto prazo e destinadas às operações de compra e venda para obtenção de Spread, assim como a diminuição do custo da Energia adquirida da Barra Grande Energia - BAESA.

A deflação em alguns meses do ano de 2023, principalmente o índice IGP-M, impactou para o resultado da companhia, sendo que os índices IPCA e IGPIM são utilizados para atualização do saldo do Uso do Bem Público (UBP).

Diante aos fatos, o lucro líquido referente ao exercício de 2023 foi de R\$ 89,27 milhões, ante R\$ 64,53 milhões em 2022, apresentando um acréscimo de 38,33%.

3. Agradecimentos

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMEE.

Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos órgãos estatutários e colaboradores das Empresas DME pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.

Poços de Caldas, 27 de março de 2024.

Marcelo Dias Loichate - Diretor Superintendente
Marcos Rogério Alvim - Diretor Comercial-Financeiro
Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **DME Energética S.A. - DMEE** - Poços de Caldas - Minas Gerais

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da DME Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva**Registro do uso do bem público em coligada**

A coligada Serra do Fação Energia S.A. (SEFAC) registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público (UBP), de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2015. Até aquele exercício, o registro contábil estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. As características do contrato de concessão da coligada requerem o registro da obrigação do UBP em contrapartida do ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Como consequência, em 31 de dezembro de 2023, o investimento nessa coligada e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$19.837 mil (R\$ 21.011 mil em 31 de dezembro de 2022) e o resultado de equivalência patrimonial no resultado do exercício findo nessa data está subavaliado em R\$ 1.174 mil (subavaliado em R\$ 1.440 mil em 31 de dezembro de 2022).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto incluído na seção “Base para opinião com ressalva” acima, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar tal fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, há desvios contábeis decorrentes do seguinte tema: o investimento e o resultado de equivalência patrimonial decorrentes de participação na coligada Serra do Fação Energia S.A. (SEFAC) estão superavaliados por R\$19.837. mil e subavaliado por R\$1.174. mil, respectivamente. Essa ressalva afeta significativamente a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Portanto, concluimos que as outras informações que compreendem o Relatório da Administração apresentam distorção relevante pelas mesmas razões com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP SP-027623/F
Marcos Roberto Sponchiado - Contador CRC-SP175536/O

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	348.020	298.025
Contas a receber	5	11.834	14.895
Serviços em curso		1.792	1.720
Tributos e contribuições sociais compensáveis		10.553	5.064
Estoque		2.530	3.922
Despesas pagas antecipadamente		88	104
Outros créditos	6	9.135	7.300
		383.952	331.030
Não circulante			
Depósitos judiciais e cauções		13	913
Créditos a receber - PMPC CIP		-	3.754
Tributos diferidos	20	7.258	7.425
Investimentos	8	79.831	99.069
Imobilizado	9	98.799	99.981
Intangível	10	75.065	79.996
		260.966	291.138
		644.918	622.168
Total do ativo			
	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		4.468	8.354
Fornecedores - partes relacionadas	7	2	2
Folha de pagamento		257	231
Impostos e contribuições sociais	12	8.245	4.446
Dividendos a pagar		7.461	-
Encargos setoriais		1.641	1.414
Obrigações estimadas		1.249	1.182
Uso do bem público – CESAP	11	18.392	18.488
Outros passivos circulantes		61	67
		41.776	34.184
Não circulante			
Uso do bem público – CESAP	11	224.351	238.394
Provisão para litígios	21	1.113	318
Fornecedores		23	4.949
Outras contas a pagar		-	5
		225.487	243.666
		267.263	277.850
Total do passivo			
Patrimônio líquido			
Capital social	13	254.431	254.431
Reserva legal		24.745	20.282
Reserva de lucros		77.277	54.278
Dividendos adicionais		21.202	15.327
		377.655	344.318
		644.918	622.168
Total do patrimônio líquido e passivo			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	14	100.434	129.705
Custos operacionais	15	(16.348)	(16.381)
Energia elétrica comprada	16	(7.592)	(33.502)
Lucro bruto		76.494	79.822
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(9.866)	(12.132)
Outras (despesas) receitas, líquidas	18	1.622	2.836
Resultado de equivalência patrimonial	8	15.096	6.568
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos			
		83.346	77.094

(1) Conforme já mencionado na nota 6, em julho de 2023 foi realizado entre a DMEE e a empresa Ilumatic S/A, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 001/2022, cujo objeto se refere a supressão quantitativa de R\$ 333.453,87 equivalente a 2,58% do valor total do contrato (R\$ 12.939.108,83 - considerando o valor originário menos os reequilíbrios em razão da variação do IPI), em razão de desconto concedido pela contratada pela antecipação do pagamento das 06 (seis) últimas parcelas devidas.

20. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2023 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14.

a) Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022

	2023	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	118.995	118.995
Adições temporárias e permanentes	4.867	4.867
Exclusões temporárias e permanentes	(36.511)	(36.511)
Base de cálculo	87.351	87.351
Alíquota aplicável	15%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	13.103	7.862
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	8.711	-
Outros	(117)	-
Total impostos correntes	21.697	7.862
	2022	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	85.308	85.308
Adições temporárias e permanentes	13.078	13.078
Exclusões temporárias e permanentes	(38.028)	(38.028)
Base de cálculo	60.358	60.358
Alíquota aplicável	15%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	9.054	5.432
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	6.012	-
Outros	(110)	-
Total impostos correntes	14.956	5.432

b) A movimentação dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	2023	2022
Diferenças temporárias		
Reversão RTT - amortização UBP	5.828	6.265
Reversão RTT - encargos financeiros UBP	25.781	27.715
Diferenças Temporárias	(10.311)	(12.191)
Base impostos diferidos	21.298	21.789
Alíquota aplicável	34%	34%
Impostos diferidos ativos	7.241	7.408
Outros	17	17
Total impostos diferidos ativos	7.258	7.425
Total despesa impostos diferido	(165)	(386)

21. Contingências

A Companhia registrou provisões para riscos trabalhistas e cíveis, as quais foram constituídas mediante as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As provisões para contingências foram constituídas pela Administração com base em avaliação dos riscos de perdas em processo em que a Companhia, tenha probabilidade de perda (saída de recursos) mais provável do que não, na opinião dos assessores legais e da Administração.

	31/12/2022	Constituição de provisão	Reversão da provisão	Realização pagamentos	31/12/2023
Cíveis (I)	250	867	(42)	-	1.075
Trabalhistas (II)	68	33	(63)	-	38
Total	318	900	(105)	-	1.113

I - A Companhia também registrou o montante de R\$234 proveniente de processo judicial cível, decorrente de cumprimento de sentença referente a

honorários pela extinção do processo em face da Bio Energia, considerado pela sua Assessoria Jurídica como risco de perda provável.

Também com relação a Bio Energias Comercializadora, foi registrado o montante de R\$535 devido ao premente risco de condenação em honorários face a competência do juízo arbitral.

A companhia também registrou o montante de R\$306 a título de honorários, onde aguarda-se apenas o levantamento de valores já bloqueados em conta corrente, referente a dois processos cíveis em fase de extinção.

II - A Companhia possui processo judicial trabalhista da UHE Salto Pilão, da ordem de R\$38, considerado como perda provável pela Administração, registrado por apropriação na proporção de sua participação no Consórcio empresarial Salto Pilão.

22. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado e ao valor contábil.
- Contas a Receber/Outros Créditos- são, basicamente, classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

Nível de hierarquia

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
- Nível 3 - ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2:

	2023	2022
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	347.827	297.712
Aplicação CESAP	103	191
	347.930	297.903

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 se aproximam de seus valores contábeis.

23. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Risco de crédito - advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos obtidos com venda de energia.
- Risco quando a escassez de energia – a Companhia, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, tem fonte de energia oriunda, predominantemente, de geração hidrelétrica. Uma hidrologia desfavorável, com energia natural afluente e volume armazenado dos reservatórios abaixo dos níveis históricos, resulta em: (a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; (b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as hidroelétricas, assim como a diversificação da matriz como fontes como eólica e solar, que são intermitentes; (c) Preços de Liquidação das Diferenças (PLD) elevados e com alta volatilidade, assim como os preços praticados no mercado livre.
- Risco de liquidez - a previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Diretoria Comercial-Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As sobras de caixa estão totalmente aplicadas em ativos financeiros equivalentes a caixa.

24. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 3

(b) Provisão para contingências: Nota 21

25. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2023 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Marcelo Dias Loichate - Diretor Superintendente
 Marcos Rogério Alvim - Diretor Comercial-Financeiro
 Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico
 Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi - Contadora - CRC-MG090512/O-2

EXTRATO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL DA DME ENERGÉTICA S.A. – DMEE. Em reunião ordinária do Conselho Fiscal, realizada em 23/04/2024, às 15:30 hs, os membros efetivos do Conselho Fiscal manifestaram, por unanimidade, pareceres favoráveis à: (i) aprovação do teor constante do Relatório de Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, estando aptas para deliberação pelos órgãos competentes; e (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2023 e distribuição de dividendos. Valdeci Miguel Rodrigues – Presidente, Marlene de Fátima Silva – Conselheira Fiscal Efetiva, Rejiane Aparecida Faria Lelis – Conselheira Fiscal Efetiva.

MANTIQUEIRA EDICAO DIGITAL 24 04 2024 DME ENERGETICA S A DMEE RELATORIO DA ADMINISTRACAO pdf

Código do documento 5aabff85-faf9-4090-a92f-69c5030a502d



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101
Certificado Digital
anuncio@mantiqueira.inf.br
Assinou

Eventos do documento

24 Apr 2024, 07:42:00

Documento 5aabff85-faf9-4090-a92f-69c5030a502d **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2024-04-24T07:42:00-03:00

24 Apr 2024, 07:42:24

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2024-04-24T07:42:24-03:00

24 Apr 2024, 07:42:45

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 187.87.115.90 (187-87-115-90.as28220.net porta: 27400). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2024-04-24T07:42:45-03:00

Hash do documento original

(SHA256):9f8f33059d21a606f37c69607c291c978efacc907fb435bf089a2c444b46ef62
(SHA512):4cd3935f9efed4fb0df46a4ee80206fde8e30ef727d65db6f354048a069ec87fd7491c4c7aac04d3b717c538593c93803b059c6fe7bdd80373caab1d5abbde46

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign